

Coordenador: Fernando Pessôa da Silveira Mello

PERSPECTIVAS DA JUSTIÇA MILITAR CONTEMPORÂNEA

Prefácio: Ministro José Barroso Filho

Apresentação: Ministro José Coêlho Ferreira
Presidente do Superior Tribunal Militar

Luciano Coca Gonçalves
Jocleber Rocha Vasconcelos
Celso Vieira de Souza
Luiz Octavio Rabelo Neto
Natascha Maldonado Severo

Eduardo Martins Neiva Monteiro
Fernando Pessôa da Silveira Mello
Vitor de Luca
Sidnei Carlos Moura
Mariana Queiroz Aquino Campos

Hugo Magalhães Gaioso

Ataliba Dias Ramos

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

1139162

Copyright © 2018 Fernando Pessoa Da Silveira Mello

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Perspectivas da justiça militar contemporânea / Fernando Pessoa da Silveira
Mello (coordenador). – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.
316 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia ao final de cada artigo.

ISBN 978-85-519-0848-8

1. Direito Penal. 2. Direito Militar. 3. Direito Processual Penal. 4. Justiça
Militar. 5. Justiça Castrense. I. Mello, Fernando Pessoa da Silveira. II. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Consequências da Punição Disciplinar Aplicada ao Membro das Forças Armadas Antes da Solução Judicial no Processo Penal Militar	1
<i>Luciano Coca Gonçalves</i>	
O Processo Decisório nas Deliberações dos Conselhos de Justiça Militar: um Estudo Analítico à Luz do Dever de Motivação das Decisões Judiciais	25
<i>Jocleber Rocha Vasconcelos</i>	
Tramitação Direta do Inquérito Policial Militar Entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público Militar	69
<i>Celso Vieira de Souza</i>	
Julgamento de Civis na Justiça Militar no Brasil e nos Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos	83
<i>Luiz Octavio Rabelo Neto</i>	
Reflexões sobre a Possibilidade de Execução da Pena Privativa de Liberdade em Regime Aberto em Estabelecimento Militar	109
<i>Natascha Maldonado Severo</i>	
Especificidades do Crime de Corrupção na Legislação Castrense após a Lei 13491/17	127
<i>Rodolfo Rosa Telles Menezes</i>	
O Crime Militar de Entorpecente após o Advento da Lei 13.491/17.....	151
<i>Hugo Magalhães Gaioso</i>	
Reflexões Iniciais sobre a Alteração da Competência para Processar e Julgar Civis após a Reforma da Lei de Organização da Justiça Militar da União.....	169
<i>Eduardo Martins Neiva Monteiro</i>	
Audiência de Custódia na Justiça Militar: do <i>Distinguishing</i> ao <i>Overruling</i>	191
<i>Fernando Pessoa da Silveira Mello</i>	

Inaplicabilidade da Lei dos Crimes Hediondos no Âmbito da Justiça Castrense	217
<i>Vitor de Luca</i>	
Afinal, Por que Prender?	227
<i>Sidnei Carlos Moura</i>	
O Grave Comprometimento da Ordem Pública no Estado do Rio de Janeiro pode Configurar um Conflito Armado não Internacional?	243
<i>Mariana Queiroz Aquino Campos</i>	
Crime de Deserção e a Criação De uma Ficção Jurídica de Militar para Prosseguimento da Ação Penal na Justiça Castrense	255
<i>Wendell Petrachim Araujo</i>	
A Emendatio Libelli no Processo Penal Militar: uma Proposta de Releitura do Artigo 437 "A" do CPPM	275
<i>Ataliba Dias Ramos</i>	